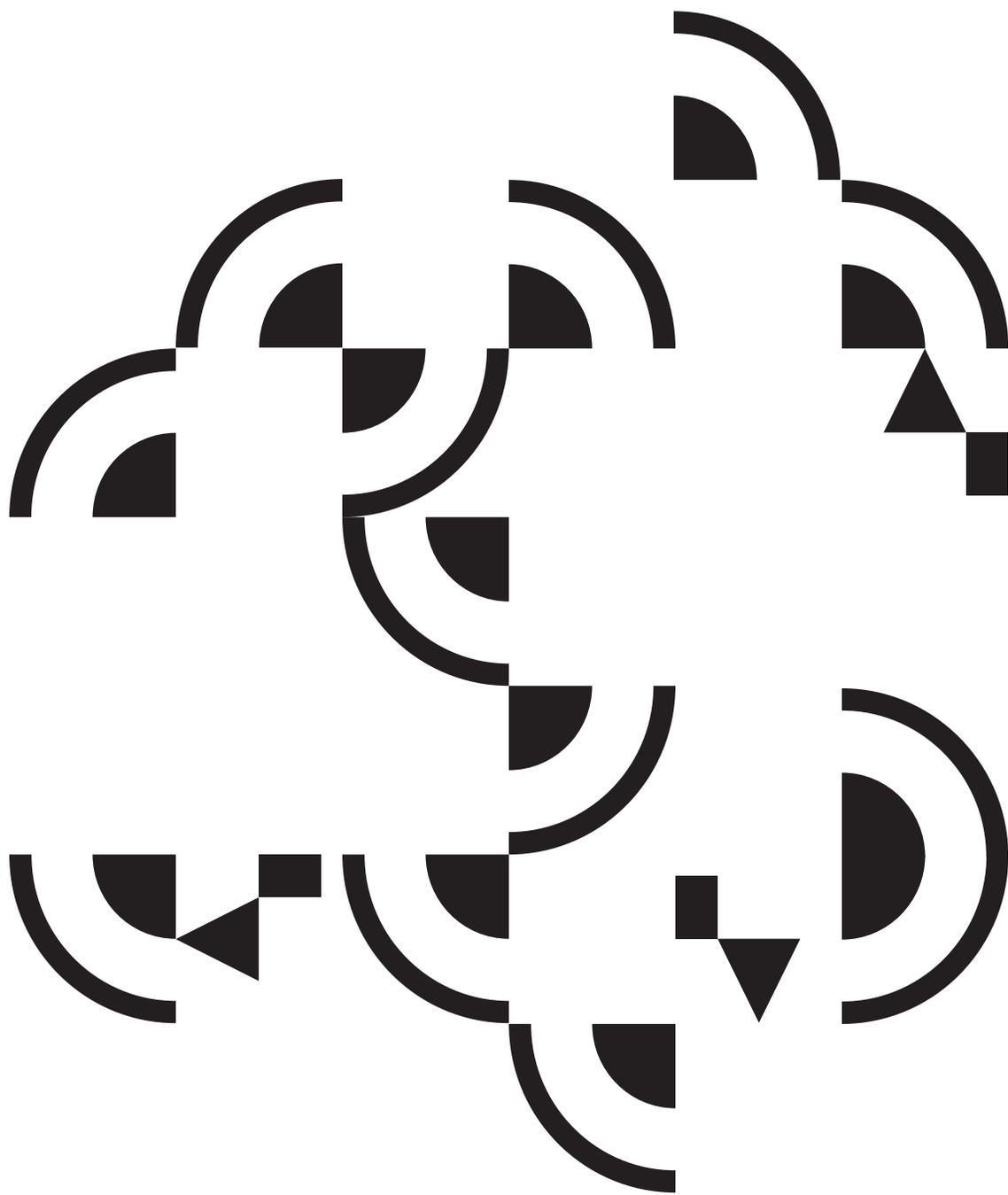


DIVERSO E PROSA



Um documento histórico: Parecer ao Conselho Diretor da Unicamp sobre Paulo Freire¹

Agueda Bernardete Bittencourt *

<http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201407513>

Yo estimo tanto más a un filósofo cuanto más posibilidades tiene de dar ejemplo.

F. Nietzsche, *Shopenhauer como educador*

A negação de um parecer pode ser mais forte e convincente que uma afirmação plena de argumentos racionais. Deve ter sido tal pensamento que guiou Rubem Alves, ao escrever a recusa que agora apresentamos.

Publicar esse texto hoje homenageia a ambos: Paulo Freire e Rubem Alves, recentemente falecido. Homens que, tendo circulado pelo mundo, graças ao exílio forçado pela repressão dos anos 1960, se encontraram na Faculdade de Educação da Unicamp, conhecido refúgio de intelectuais expulsos de outras universidades. Na Unicamp estava o reitor que se orgulhava de cuidar pessoalmente de seus comunistas, ele que protagonizara, ao lado dos militares, a destruição do projeto original da Universidade de Brasília.

O documento de apenas uma página escrito por Rubem Alves é suficiente para externar a indignação do seu autor. Paulo Freire já portava títulos de *Doutor Honoris Causa*, recebidos nas mais importantes universidades do mundo, já havia sido professor convidado em Harvard, na Columbia University, na Universidade de Genebra. Já publicara seus livros em pelo menos 15 idiomas diferentes e já havia assessorado a ONU, a UNESCO, o Conselho Mundial das Igrejas, na área de Educação. Recebera vários prêmios, em academias internacionais, pelo seu inventivo método para educação de adultos. Era inaceitável ter que fazer prova de competência diante de uma

* Pesquisadora do *FOCUS*, Grupo de estudos sobre instituição escolar e organizações familiares, CNPq e FAPESP; professora do DELART/ FE/ UNICAMP, Campinas, SP, Brasil. agueda@unicamp.br.

1. Agradeço aos colegas do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (SIARQ) pela gentileza de me facilitar o acesso ao processo de vida funcional do prof. Paulo Freire.

comunidade acadêmica em seu próprio país, onde ele havia realizado boa parte de sua obra. O autor do parecer estava indignado.

Ao iniciar a escrita deste texto, me vieram à lembrança os ensinamentos de Maurício Tragtenberg, outro colega da Faculdade de Educação dos anos 1980. Crítico mordaz da burocracia e, acima de tudo, da burocracia estabelecida nas universidades, escreveu, em seu clássico artigo, “A delinquência acadêmica”: “... trata-se de ‘um complô de belas almas’ recheadas de títulos acadêmicos, de doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, de produção de um saber a serviço do poder, seja ele da espécie que for”) (Tragtenberg, 1982, p. 11, grifo do autor).

Pergunto-me se a burocracia, com suas normas e regras, poderia ser suficiente para esclarecer o pedido de parecer e a revolta do autor. Ou a razão estaria na cultura e na fé nos pareceres dos pares? Essas duas hipóteses – ou uma delas – poderiam explicar o parecer, se ele fosse datado de 1980, quando Freire começou a trabalhar na Unicamp. Agora, como entender que esse parecer seja datado de 1985, cinco anos depois da designação do professor como titular nos quadros da Faculdade de Educação?

Fui ao processo funcional, nos arquivos da universidade, e descobri que este era só um dos quatro documentos similares constantes das 196 páginas do processo. Havia outros três, assinados por intelectuais também reconhecidos no mundo acadêmico: Roberto Romano, Antonio Muniz de Resende e Maria Amélia Americano de Castro. O primeiro era datado de 1981.

Assim, as idas e vindas do processo, da Faculdade de Educação para a Reitoria, e vice-versa, registram a queda de braços entre um grupo de acadêmicos e a cúpula da universidade, esta última usando a burocracia como instrumento de poder: sempre faltava algo – uma assinatura, uma cópia

de documento, um programa de disciplina... mas o professor continuava dando aulas, fazendo suas pesquisas, orientando seus alunos, debatendo com seus colegas e recebendo normalmente seu salário.

A cada nova página do processo, crescia meu estranhamento. Afinal, o que justificava toda essa movimentação? Claro que poderia ser a inépcia de uma universidade jovem, que ainda não estava institucionalizada, que havia funcionado por 15 anos ao sabor dos humores do fundador. Entretanto, não pude deixar de pensar no K, personagem central de *O processo*, de Kafka, que bateu de porta em porta, aguardou anos, nas empoeiradas salas de espera da justiça, até sua morte, sem saber de que estava sendo acusado.

O processo funcional de Freire torna-se mais surpreendente para quem tem na lembrança os episódios da intervenção ilegítima de 1981, perpetrada por Paulo Maluf. Do Palácio dos Bandeirantes, o governador destituiu oito diretores de unidade, eleitos pelos professores, funcionários e alunos, e nomeou autoritariamente seus representantes ao Conselho Diretor da Unicamp. Em sinal de protesto e defendendo o que se entendia ser a autonomia da universidade, a comunidade acadêmica elegeu Paulo Freire reitor, num processo de consulta semelhante ao que se realiza hoje para indicação do dirigente. Era ele um símbolo para os grupos que defendiam a democracia na universidade, tema quente para a época final da ditadura militar.

Ora, Freire era suficientemente conhecido pelo que pensava e pelo que fazia, para ser lançado e eleito reitor, mas a burocracia seguiria por mais quatro anos, colecionando provas de sua trajetória acadêmica, uma vez que não poderia sob qualquer argumento, recusar a contratação do docente. Rubem Alves teve a decência e a malícia de denunciar o processo, sem precisar sujar as mãos, sem submeter-se ao jogo perverso da burocracia universitária.

Finalizo esta apresentação, cedendo, mais uma vez, a palavra ao colega Tragtenberg:

A separação entre “fazer” e “pensar” se constitui numa das doenças que caracterizam a delinquência acadêmica – a análise e discussão dos problemas relevantes do país constitui um ato político, constitui uma forma de ação, inerente à responsabilidade social do intelectual. A valorização do que seja um homem culto está estritamente vinculada ao seu valor na defesa de valores essenciais de cidadania, ao seu exemplo revelado não pelo seu discurso, mas por sua existência, por sua ação (Tragtenberg, 1982, p. 16, grifos do autor).

Referências

KAFKA, Franz. *O processo*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TRAGTENBERG, Maurício. A delinquência acadêmica. In: TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

Fls. N.º 100
Proc. N.º 3986/81
Rub.

0. do Dia - fls. 13.
244a. Sessão - 25.06.85.

PROC. Nº 3986/81
INTERESSADO: PAULO RÉGLUS NEVES FREIRE
ASSUNTO : Admissão - FE

Fls. N.º 132
Proc. N.º 438/80
Rub.

P A R E C E R

O objetivo de um parecer, como a própria palavra o sugere, é dizer a alguém que supostamente nada viu e que, por isto mesmo, na da sabe, aquilo que parece ser, aos olhos do que fala ou escreve. Quem dá um parecer empresta os seus olhos e o seu discernimento a um outro que não viu e nem pôde meditar sobre a questão em pauta. Isto é necessário porque os problemas são muitos e os nossos olhos são apenas dois...

Há entretanto, certas questões sobre as quais emitir um pa recer é quase uma ofensa. Emitir um parecer sobre Nietzsche, ou so bre Beethoven, ou sobre Cecília Meireles? Para isto seria necessário que o signatário do documento fosse maior que eles, e o seu nome mais conhecido e mais digno de confiança que aqueles sobre quem es creve...

Um parecer sobre Paulo Réglus Neves Freire.
O seu nome é conhecido em universidades através do mundo to do. Não o será aqui, na UNICAMP? E será por isto que deverei acres centar a minha assinatura (nome conhecido, doméstico), como avali ta?

Seus livros, não sei em quantas línguas estarão publicados. Imagino (e bem pode ser que eu esteja errado) que nenhum outro dos nossos docentes terá publicado tanto, em tantas línguas. As teses que já se escreveram sobre o seu pensamento formam bibliografias de muitas páginas. E os artigos escritos sobre o seu pensamento e a sua prática educativa, se publicados, seriam livros.

O seu nome, por si só, sem pareceres domésticos que o avali sem, transita pelas universidades da América do Norte e da Europa. E quem quer que quisesse acrescentar a este nome a sua própria "carta de apresentação" só faria papel ridículo.

Não. Não posso pressupor que este nome não seja conhecido na UNICAMP. Isto seria ofender aqueles que compõem seus órgãos deci sórios.

Por isto o meu parecer é uma recusa em dar um parecer.
E nesta recusa vai, de forma implícita e explícita, o espan to de que eu devesse acrescentar o meu nome ao do Paulo Freire. Como se, sem o meu, ele não se sustentasse.

Mas ele se sustenta sozinho.
Paulo Freire atingiu o ponto máximo que um educador pode atingir.

A questão não é se desejamos tê-lo conosco.
A questão é se ele deseja trabalhar ao nosso lado.
É bom dizer aos amigos:
" - Paulo Freire é meu colega. Temos salas no mesmo corre dor da Faculdade de Educação da UNICAMP..."
Era o que me cumpria dizer.

Campanas, 25 de maio de 1985.
a) RUBEM AZEVEDO ALVES
Professor Titular

.....

O. do Dia – fls. 13.
244ª. Sessão – 25.06.1985

PROC. Nº 3986/81

INTERESSADO: PAULO RÉGLUS NEVES FREIRE

ASSUNTO : Admissão - FE

P A R E C E R¹

O objetivo de um parecer, como a própria palavra o sugere, é dizer a alguém que supostamente nada viu e que, por isto mesmo, nada sabe, aquilo que parece ser, aos olhos do que fala ou escreve. Quem dá um parecer empresta os seus olhos, o seu discernimento a um outro que não viu e nem pôde meditar sobre a questão em pauta. Isto é necessário porque os problemas são muitos e os nossos olhos são apenas dois ...

Há entretanto, certas questões sobre as quais emitir um parecer é quase uma ofensa. Emitir um parecer sobre Nietzsche, ou sobre Beethoven, ou sobre Cecília Meireles? Para isto seria necessário que o signatário do documento fosse maior que eles, e o seu nome mais conhecido e mais digno de confiança que aqueles sobre quem escreve...

Um parecer sobre Paulo Réglus Neves Freire.

O seu nome é conhecido em universidades através do mundo todo. Não o será aqui, na UNICAMP? E será por isto que deverei acrescentar a minha assinatura (nome conhecido, doméstico), como avalista?

Seus livros, não sei em quantas línguas estarão publicados. Imagino (e bem pode ser que eu esteja errado) que nenhum outro dos nossos docentes terá publicado tanto, em tantas línguas. As teses que já se escreveram sobre o seu pensamento formam bibliografias de muitas páginas. E os artigos escritos sobre o seu pensamento e a sua prática educativa, se publicados, seriam livros.

1. Transcrição do Parecer retirado do processo de vida funcional de Paulo Réglus Neves Freire, nº 3986/81, fls. 13, 244ª sessão, 25/06/1985. Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas.

O seu nome, por si só, sem pareceres domésticos que o avalisem, transita pelas universidades da América do Norte e da Europa. E quem quer que quisesse acrescentar a este nome a sua própria “carta de apresentação” só faria papel ridículo.

Não. Não posso pressupor que este nome não seja conhecido na UNICAMP. Isto seria ofender aqueles que compõem seus órgãos decisórios.

Por isto o meu parecer é uma recusa em dar um parecer.

E nesta recusa vai, de forma implícita e explícita, o espanto de que eu devesse acrescentar o meu nome ao do Paulo Freire. Como se, sem o meu, ele não se sustentasse.

Mas ele se sustenta sozinho.

Paulo Freire atingiu o ponto máximo que um educador pode atingir.

A questão não é se desejamos tê-lo conosco.

A questão é se ele deseja trabalhar ao nosso lado.

É bom dizer aos amigos:

“– Paulo Freire é meu colega. Temos salas no mesmo corredor da Faculdade de Educação da UNICAMP..”

Era o que me cumpria dizer.

Campinas, 25 de maio de 1985.

a) RUBEM AZEVEDO ALVES

Professor Titular